

AS ILHAS E A ABERTURA DA FRONTEIRA OCEÂNICA

por
CARLOS GUILHERME RILEY *

0. Apresentação

Embora pouco tenha privado com a Dr.^a Maria Olímpia da Rocha Gil, fui seu aluno por breves momentos no ano lectivo de 1972/73, quando ela então cumpria o estágio no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa. Contrastando com a aridez monocórdica do professor metodólogo, alguns dos estagiários que tive a sorte de apanhar na minha turma do 5.º ano, destacavam-se pela vivacidade e clareza que emprestavam às aulas, e não foi certamente por acaso que nessa ocasião acordou em mim o gosto pela História.

Desse grupo de estagiários gostaria igualmente de destacar o nome do Dr. José Magno, também já falecido, e de estender em sua memória a homenagem aqui prestada à Dr.^a Maria Olímpia da Rocha Gil.

O trabalho aqui apresentado, devo confessá-lo, já estava redigido um pouco antes da morte da Dr.^a Maria Olímpia, mas dada a sua incidência na área da História Insular creio que se adequa bem ao legado historiográfico que a homenageada nos deixou, muito embora explore temas e diacronias habitualmente pouco aflorados na sua obra.

Mantive inalterado o texto, que é o de uma comunicação apresentada na U.C.L.A. em Abril de 1992, ao *XV Symposium on Portuguese Traditions*, e gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer

* Departamento de História, F.C.S., Universidade dos Açores.

publicamente à Fundação Luso Americana o apoio prestado na deslocação a Los Angeles, bem assim como de manifestar a minha gratidão intelectual ao Professor José Mattoso, de cuja inspiradora conferência apresentada em Ponta Delgada ao *Colóquio Internacional de História Atlântica*, em Novembro de 1991, o estímulo na elaboração deste estudo é profundamente devedor.

1. HISTÓRIA E COMEMORATIVISMO

As celebrações do 5.º Centenário Colombino

Tanto quanto sei, os organizadores do *Symposium* pretendem assinalar nesta sua iniciativa o tema *Portugal na Era dos Descobrimentos*. Trata-se de uma homenagem justa, dada a evidente importância do assunto no contexto das actuais comemorações do 5.º centenário do Descobrimento do Novo Mundo por Cristóvão Colombo em 1492.

As comemorações de uma data, de determinado acontecimento histórico centenário, mesmo quando o seu impacto envolve vários países, transformam-se sempre numa grande festa cívica nacional em que, simultaneamente, se reproduzem duas ordens de discursos: o da *consciência histórica interna*, para consumo doméstico, e o da *construção de uma imagem externa*, para divulgação junto da opinião pública mundial.

O investimento político feito pela Espanha neste processo, e de que são prova a realização dos Jogos Olímpicos em Barcelona, a Exposição Universal de Sevilha e a Feira Cultural Europeia em Madrid, é um caso evidente de conjugalidade entre o *Poder* e a *História*, traduzido numa bem cuidada campanha promocional nos *media* internacionais.

Em suma, a análise das Comemorações vai de par com a do acontecimento comemorado. O historiador não deveria distinguir tão radicalmente estes dois níveis, até porque o *comemorativismo*, gerado no espírito burguês, laico e nacionalista do século XIX e depois desenvolvido pelo catecismo positivista do culto patriótico constitui, em si mesmo, um objecto histórico [COSTA : 1988]. A Espanha terá toda a legitimidade para comemorar como sua a descoberta do Novo Mundo,

não obstante esta tenha sido feita por um genovês inspirado nas concepções geográficas da Antiguidade greco-romana. Não é isso que contesto em termos directos, mas sim a forma como se privilegia a celebração do *acontecimento*, e não a do *processo*.

O objectivo desta comunicação é o de chamar a atenção para o processo histórico que se encontra subjacente ao descobrimento da América, e não deixa de ser irónico que este evento, habitualmente considerado pela historiografia ocidental como aquele que assinala o início da Idade Moderna seja afinal, produto de uma herança cultural da Antiguidade Clássica, largamente difundida no decurso da Idade Média. Estamos, assim, perante o aparente paradoxo de ter sido a *tradição* que gerou a *modernidade* [GAUTIER DALCHÉ : 1990].

Cristóvão Colombo, sem qualquer desmérito para o protagonismo que desempenhou neste processo, é bem a imagem do anão aos ombros de gigantes, da mesma forma que Cícero reconhecia a dívida civilizacional dos Antigos para com o primitivismo das sociedades sem escrita, afirmando o seguinte: «*antes deles (Antigos) estão os homens que descobriram os frutos da terra, o vestuário, as casas, o modo de vida organizado e a protecção contra os animais selvagens — homens sob cuja influência civilizadora nos passámos, gradualmente, das ocupações básicas às artes mais perfeitas*» [PIGGOTT: 1981,30].

Penso ser este modo profundo de inteligir as coisas, procurando as suas raízes mais escondidas, aquele que distingue o verdadeiro discurso histórico do aproveitamento que as instâncias políticas fazem da História com objectivos ideológicos, explorando a celebração de datas e acontecimentos cuja importância e significado não foram sentidos pelos próprios contemporâneos do evento. De facto, o ano de 1492 é marcado, na consciência histórica espanhola de então, pela queda definitiva de Granada (assinalando o termo de mais de sete séculos de ocupação islâmica na Península Ibérica), e não pela chegada à América de Cristóvão Colombo.

América, aliás, que o próprio navegador ainda não concebia como tal, pois julgava ter fundeado junto a um conjunto de ilhas situadas a meio da rota oceânica para o extremo oriental da Ásia; só por ocasião da sua terceira viagem, em 1498, quando desce para sul e se acerca da foz do Orinoco, junto a Trinidad, é que Colombo escreve no seu Diário *pensar estar perante um vasto continente até aqui desconhecido* [AZARD : 1981,45]. América, que apenas começará a ser ocupada

e apreendida em toda a sua magnitude continental cerca de trinta anos mais tarde, após a primeira viagem de circumnavegação de Fernão de Magalhães e o início da ocupação espanhola no continente americano por Hernan Cortéz.

Com efeito, só a partir de 1520 é que podemos falar, designadamente na perspectiva de uma Etno-História Americana [WATCHEL: 1976], do início das relações entre a Europa e o Novo Continente. As comemorações, se é que há razões para celebrar, estarão portanto com a data mal ajustada [LEBRUN : 1992] e, além do mais, o significado a emprestar à sua realização foi alvo de disputas no plano internacional ao mais alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, que adiou por diversas vezes uma resolução sobre o assunto, sendo igualmente alvo de debate no United States Congress, na sequência de uma proposta introduzida em 1982 por Congressistas de ascendência espanhola e italiana, a que se juntou um outro de origem portuguesa, por sinal açoriana [WASHBURN : 1989].

Entendamo-nos, contudo. Não rejeito a importância da viagem de Colombo, que de imediato reconheço ao tomá-la como referência. Rejeito, isso sim, a forma como o *acontecimento* e as *nacionalizações* desse acontecimento abafam a amplitude histórica do *processo*. E o processo prende-se obviamente com uma multiplicidade de intervenientes e culturas — da Antiguidade aos finais da Idade Média, do Mediterrâneo oriental à Escandinávia — que contribuíram, tanto no plano imaginário como no das navegações exploratórias, para a abertura e melhor conhecimento do vasto espaço oceânico situado a ocidente da Europa.

2. O MEDITERRÂNEO E O MAR OCEANO **O olhar do centro sobre a fronteira**

A Geografia grega, desde os seus primórdios, traduziu-se sempre numa de duas linguagens — a *cartografia*, ou a *descrição literária*. Dentro desta última categoria, a célebre passagem da *Ilíada* de Homero sobre o Escudo de Aquiles, assinala o primeiro testemunho literário conhecido de uma determinada representação do espaço

geográfico; já no trecho final da descrição, Homero, referindo-se ao Deus Hephaistos, forjador do escudo, diz «*E colocou enfim a força poderosa do rio Oceano / Na borda extrema do sólido escudo*». Desde logo o Oceano aparece associado à ideia de *limite*, de fronteira, envolvendo circularmente o espaço conhecido e habitável e na primeira representação cartográfica da *Orbis terrarum*, devida a Anaximandro de Mileto, no século VI a.C., mantém-se esse conceito de oceano-limite, aqui projectado como um anel marítimo que, sem qualquer descontinuidade, envolve a Europa e a Ásia [AUJAC : 1981, 27-28].

É sabida a forma umbilical como a Antiguidade greco-romana se centrou em torno do Mediterrâneo. O mundo era concebido e representado a partir desse ponto nuclear de observação; para Oriente, a massa continental asiática era perceptível, apesar de só a partir das campanhas de Alexandre, que ultrapassa o território Persa, o conhecimento dessa região se ter aprofundado; para Ocidente, os limites do espaço habitado eram mais bruscos e definidos, marcando-os simbolicamente as Colunas de Hércules, junto a Cádiz, às quais estava associado o ditado *ultra Cades non est navigatio*.

Navegações havia-as, de facto, tanto para norte, ao correr da costa atlântica em direção à Europa setentrional, como para sul, ao longo de África. As Colunas de Hércules assinalam, sobretudo, uma fronteira para Ocidente entre o espaço vivido do Mediterrâneo e a vastidão desconhecida do Oceano. Vastidão cuja intransponibilidade se resumia graficamente numa espécie de linha marítima, associada à significativa designação de *Oceano exterior*.

Inúmeras representações cartográficas medievais, os célebres mapas em forma de *T&O*, ainda reflectem esta visão estruturada a partir de um *Mar interior*, o Mediterrâneo [HARVEY : 1991,19-37], que olha com crescente indefinição para os seus limites periféricos, sobretudo os oceânicos, a Ocidente. Estrabão, para quem a Geografia é um suporte fundamental da organização e poder político, desvaloriza claramente o estudo das fronteiras e zonas periféricas, dizendo que «*o objectivo do geógrafo é descrever o mundo habitado nas suas partes conhecidas, e negligenciar as regiões desconhecidas, bem como tudo quanto se encontra no exterior*» [AUJAC : 981, 35-6].

De facto, lendo a sua *Geografia Universal*, depressa nos damos conta de que o espírito de inventário, instrumento fundamental do poder, se sobrepõe claramente à dimensão prospectiva de alguns primi-

tivos périplos gregos, dos quais desde já me interessa destacar o que está na base da composição da obra *Orla Marítima*, pois trata-se de uma das descrições mais detalhadas que até nós chegaram da fronteira atlântica europeia na Antiguidade [PÉDECH : 1976,40]. Composta, no séc. IV d.C., por Rufus Festus Avienus, a obra baseia-se num *Périplo* grego do séc. VI a.C., cuja versão original se perdeu [AVIENO:1985]. A primeira parte é um roteiro marítimo ao longo do litoral atlântico, isto é, para lá das Colunas de Hércules e na direção do norte, dobrando o cabo Finisterra e o Golfo da Gasconha até à região armoricana da actual Bretanha francesa. Demonstra, portanto, que já desde essa época os navegadores gregos e fenícios se aventuravam, com maior ou menor regularidade, nas águas do Atlântico.

Um pouco mais tarde, em 330 a.C., Pythéas efectua um outro périplo marítimo que o leva até perto da Escandinávia e da ilha de Thulé, cujo relato irá dar corpo a uma obra hoje perdida, provavelmente intitulada *Do Oceano*, e que testemunha um reconhecimento já bastante amplo da Europa Atlântica [PÉDECH, 70-75]. É errado, ou então excessivo, pensar que a Antiguidade greco-romana esteve rigorosamente fechada sobre o Mediterrâneo; ultrapassado o actual Estreito de Gibraltar, contudo, raramente se navegava em profundidade para poente. Por regra, os geógrafos da Antiguidade têm uma relação com o Mar Oceano que se limita ao reconhecimento, progressivamente aprofundado, da sua orla costeira europeia. e também, em menor grau da norte-africana.

Este ponto da situação, reflecte, aliás, aquilo que acima transcrevi de Estrabão — o objectivo primordial da Geografia é o de descrever a *oikuméne* e, desde o início da expansão romana, os geógrafos irão basicamente proceder a um *recenseamento* do mundo conhecido, que, no respeitante ao espaço europeu, se aprofundará cada vez mais do litoral para o interior das regiões continentais ocupadas por Roma.

À margem desta Geografia organicamente associada ao Poder, alguns filósofos, como Platão nos seus Diálogos de *Timeo e Critias*, e também Aristóteles, na obra *De Coelo et Mundo*, lançam conjecturas sobre os espaços desconhecidos que se situavam na vastidão oceânica. É o caso do mito da Atlântida, levantado por Platão, e cuja ligação ao arquipélago dos Açores (que seriam os cumes dessa submersa ilha-continente) é questionada muito detalhadamente na obra do cronista português Gaspar Frutuoso, bem como a referência de Aristóteles a

algumas navegações cartaginesas para poente, acompanhada do comentário de que nessa direção existiriam ilhas e, muitos dias de navegação depois, se atingia a orla costeira ocidental do grande Mar Oceano [FRUTUOSO : 1984, 227-312]. Aliás, o mesmo cronista transcreve um comentário do *De Sapientia* de Jerónimo Cardano, em que este afirma que a decisão de Colombo procurar a via ocidental para a Ásia se deveu a essa passagem de Aristóteles [Idem, 188].

De algum modo se começa aqui a insinuar a ideia de que o Mar Oceano é, para além de limite, um espaço em si mesmo, não obstante a sua vastidão insondável. A concepção prevalecente na Antiguidade e grande parte da Idade Média, adaptada à écumena cristã por Isidoro de Sevilha nas suas *Etimologias*, é a de que o mundo conhecido — Europa, África, Ásia — se dispunha como uma ilha em forma de *T*, rodeado a toda a volta pelo Oceano em forma de *O*, tradução gráfica muito feliz das próprias iniciais do objecto representado — a *orbis terrarum* [ARNAUD : 1990]. Para Isidoro, contudo, a mar estava longe de ser uma estrada, pois descreve-o como o espaço caótico do inumano e do desconhecido, isto é, o oposto do Mediterrâneo. Esta mesma ideia, aliás bastante melhor desenvolvida, já se encontra presente na *História Natural* de Plínio o Velho [PLINE : 1950], em que o Oceano está povoado de monstros, tornando-se a natureza tanto mais desordenada quanto nos afastamos da orla costeira da *oikuméne* [MATTOSO : 1991].

Contudo, entre essa prudente linha litoral e o absoluto desconhecido da imensidão marítima, começam agora a surgir ilhas que, conforme refere Germaine Aujac, *de traços de união no mar Interior — primeiro o Egeu, depois o Mediterrâneo — passam a limites no Oceano exterior*. E, de facto, assim sucede. As ilhas do Mar Oceano passam a assinalar as novas periferias, simbolizando, por excelência, as fronteiras do espaço conhecido para além do qual se estende o insondável.

A norte a célebre *ilha de Thulé*, descrita por Phytéas de Marselha, representa o limite setentrional da écumena no paralelo 63.º, de acordo com a projeção cartográfica de Ptolomeu [AUJAC : 1989]. A sul as *Ilhas Afortunadas*, pela primeira vez descritas com grande detalhe na obra de Plínio o Velho e que se supõe corresponderem às Canárias [FERNÁNDEZ-ARMESTO : 1987,154], marcam, ao largo da costa africana, o limite ocidental da carta de Ptolomeu [RANGLES : 1990,8].

Passa a ser comum, nas representações cartográficas medievais, o aparecimento de uma cintura de ilhas ao redor do aro oceânico, interpostas entre este e a enorme massa continental, ela própria insularizada. O espaço insular, real ou imaginário, constitui doravante a nova finisterra de uma ecúmena que já não termina bruscamente no Oceano e que deixou, portanto, de ser uma fronteira absoluta, dando lugar ao desenvolvimento intenso do imaginário marítimo medieval, no qual as ilhas se apresentam indissociavelmente ligadas à progressiva abertura da fronteira oceânica para Ocidente.

3. O IMAGINÁRIO INSULAR ATLÂNTICO

Entre as ilhas *flutuantes* e os arquipélagos ancorados

Apesar do medo inspirado pelo mar ser um dos *topoi* da literatura e narrativas de viagem medievais [DELUZ:1987] e de o próprio Oceano ter sido então designado por *Mar Tenebroso*, esse sentimento está longe de aparecer reflectido nesta passagem do *Periphyseon* de João Escoto Erígena: «É preciso levantar a vela, é preciso navegar. A razão premente aí está: ela tem a experiência do mar alto, não teme a ameaça das ondas, não receia nem as sinuosidades da margem, nem o Mar Sírtrico, nem os rochedos, porque, para ela é mais atraente exercer o seu poder nos misteriosos estreitos do Oceano divino, do que repousar preguiçosamente num mar calmo e sem obstáculos, onde não pode mostrar o que valem as suas forças».

Trata-se, sem dúvida, de uma imagem do Mar Oceano que vai ao arrepio do sentimento e representações colectivas dominantes na altura; mesmo relativamente a esse espaço domesticado que é o Mediterrâneo, alguns testemunhos dos fins da Idade Média ainda reflectem o grande pavor experimentado pelos peregrinos que seguem por via marítima para a Terra Santa [Idem, 278-81].

Palavras excêntricas, portanto, as de João Escoto. Como de resto o é a sua figura. Um dos letrados que, na esteira de Alcuíno, ficará associado ao Renascimento Carolíngio, aparecendo em meados do século IX na corte de Carlos o Calvo a traduzir do grego para latim a obra de Dinis o Aeropagita [WOLFF : 1971,81-83]. Para mais, João

Escoto é irlandês. Irlandês e helenista. Um dos primeiros no contexto do cristianismo alto-medieval. Trata-se, na rigorosa acepção da palavra, de um homem *extraordinário*, mas outro tanto não se poderá dizer da profunda valorização que faz da navegação oceânica, se atendermos ao facto desse sentimento partir de um filho da *Hibernia*, uma das ilhas-fronteira do Oceano setentrional.

Nada disto é para admirar se tivermos em consideração que antes de Erígena, no século V, um outro monge irlandês, St. Brendan, fez-se à vela para o alto do mar Oceano no primeiro périplo marítimo que se afasta decididamente da orla costeira continental em direção a poente [MAC CANA : 1989], encontrando pelo caminho numerosas ilhas de significado ambivalente. A fixação literária desta viagem em prosa latina no século X, a *Navigatio Sancti Brendani Abbatis*, contribuirá para a enorme divulgação do périplo no Ocidente medieval, inscrevendo definitivamente no seu imaginário colectivo a ideia de que existiam numerosas ilhas disseminadas no vasto espaço oceânico.

Não restam dúvidas de que as expressões culturais deste cristianismo alto-medieval enxertado na tradição folclórica céltica, em que se destaca o mito do *imrama* — a viagem para a ilha situada a poente —, estão na base de uma etapa decisiva da abertura da fronteira oceânica, na medida em que incitam à navegação em profundidade e humanizam, por assim dizer, a paisagem do deserto marítimo que é o Oceano [LE GOFF : 1985], povoando-o de ilhas e arquipélagos imaginários, tais como as do *Brasil* e *S. Brandão*. Efectivamente, a relação das culturas destas *finaes terrae* europeias com o mar, em particular a irlandesa e escandinava, parece ajustar-se sem dificuldade ao que João Crisóstomo, um dos Pais Fundadores da Igreja do Oriente, dizia, em finais do século IV, na sua 10.^a Homília à *Epístola de S. Paulo aos Filipenses*: «*Deus deu-vos o mar para que não se fiquem quando viajam*» [DELUZ, 277].

Ou seja, por outras palavras, o mar é uma estrada. Não é aqui visto como barreira. Quer as navegações imaginárias do monge irlandês, como as que foram efectivamente empreendidas pelos escandinavos no século X, são a tradução dessa outra atitude face à amplitude oceânica, que faz do mar uma via para outros espaços até então desconhecidos e imprescrutáveis.

Postas de parte as navegações nórdicas para o continente americano que, no retorno, teriam tocado o arquipélago dos Açores, segundo

afirma convictamente o humanista português Damião de Góis a respeito de uma estátua achada na ilha do Corvo [GÓIS : 1977, 28-31], gostaria de me centrar na profunda amálgama de narrativas marítimas medievais que se entrecruzam em Portugal, provenientes de diferentes tradições culturais.

Por um lado, temos as *Ilhas Afortunadas* descritas por Plínio o Velho, por outro as *Ilhas de São Brandão*, popularizadas na hagiografia do monge irlandês. Para além destes dois arquipélagos, frequentemente confundidos na cartografia dos séculos XIV-XV, refira-se ainda a tradição das navegações árabes no Atlântico e o relato que delas nos faz Muhamad Al-Idrisi, designadamente acerca de oito aventureiros que no século XII partiram de Lisboa com ventos de leste, após o que inflectiram para sul vindo a tocar numa primeira ilha desabitada, e depois outra, povoada por homens de tez avermelhada e cabelo fino.

A finalizar, temos a intrigante ilha de *Antilia/Sete Cidades*, o último mito insular atlântico produzido na Idade Média, amplamente documentado na cartografia de quatrocentos, e que poderemos sem exagero qualificar como a *antecâmara* do Novo Mundo. De acordo com Martin Behaim, numa anotação ao seu *Globo* de 1492, a origem desta ilha, ou conjunto delas, prende-se com uma lenda de raiz portuguesa — a de que, na sequência da invasão Árabe da Península Ibérica, em 734, o arcebispo do Porto, e mais seis outros bispos hispânicos, se teriam metido ao mar, vindo depois a refugiar-se na ilha de Antilia, também chamada das Sete Cidades [PAVIOT : 1990, 143-46].

A concepção corrente na Antiguidade de que o Oceano era um limite da ecúmena, um *non plus ultra* cristalizado nessa fronteira simbólica que são as Colunas de Hércules, vem-se a desenvolver paralelamente na Idade Média, sobretudo a partir do século XIII, a ideia de que se estendem ao longo da massa marítima fiadas de ilhas que anunciam a emergência, a ocidente, da outra orla costeira do mar Oceano.

É curioso notar como as ilhas, por representarem as fronteiras do mundo conhecido — e aqui devo mencionar, além de Thulé e das Afortunadas, o caso da ilha Taprobana a sul [GAMBIN : 1989] — se vão reposicionando e navegando no mar, à medida que os arquipélagos atlânticos situados mais perto da costa africana e europeia são efectivamente descobertos. *Ilhas flutuantes*, como muito bem lhes

chamou Humboldt no século passado, a Antília, as Sete Cidades, as de São Brandão e Brasil, aparecem-nos representadas cartograficamente a diversas latitudes mas, regra geral, estão sempre dispostas a ocidente dos Açores, Madeira e Canárias.

Por outras palavras, a abertura da fronteira oceânica vai-se processando em impulsos concêntricos, de ilha em ilha, de arquipélago em arquipélago, como que saltitando. Estas ilhas imaginárias, tanto quanto os arquipélagos realmente ancorados no mar, desempenham um papel fundamental no descobrimento da inconcebível América. Como diz David Quinn, «*independentemente da sua origem, a localização da Antília representa um considerável avanço teórico para ocidente, no meio de um Oceano que cada vez mais se acreditava conduzir até à costa asiática, caso a distância pudesse ser percorrida saltando de ilha em ilha*» [QUINN:1989,85].

Nos finais da Idade Média os espaços insulares atlânticos constituem mais do que uma fronteira (no seu sentido de limite), uma espécie de marcos cujo posicionamento no mar procura imprimir linhas de rumo à navegação. Na segunda metade do século XV, é frequente verem-se muitos dos homens recém-estabelecidos nos Açores e Madeira empenhados no descobrimento da Antília e das Sete Cidades. Colombo fez parte desse núcleo e retirou da experiência aí adquirida os ensinamentos que estão na base da sua decisão de navegar para Ocidente a partir das Canárias. As ilhas já não são sentidas como limite, nem o Oceano como barreira intransponível. Ainda antes do choque com a América, a cristandade ocidental fez uma descoberta bem mais importante e menos casual : o Oceano era, afinal, uma estrada.

Tomada de consciência com múltiplas repercussões, de resto, pois não é só um novo continente que se descobre, a América, mas também o caminho marítimo para a Índia. Por detrás dessa histórica viagem empreendida por Vasco da Gama em 1498, e que é o corolário das navegações portuguesas ao longo da costa africana, residia também um mito geográfico que dominou profundamente o imaginário medieval, o das maravilhas da Índia e o do Reino do Preste João. As diversas contribuições literárias que fizeram da Ásia o espaço do exotismo e da riqueza (antípoda da *latinitas penuria*), transformando o Oriente no horizonte primordial do imaginário colectivo da cristandade ocidental, foram já estudadas por Jacques Le Goff num trabalho

modelar acerca dos quadros espaciais na mentalidade medieval [LE GOFF : 1980].

A associação deste mito ao das ilhas atlânticas situadas para além daquele espaço que a historiografia francesa chamou de *Mediterrâneo Atlântico* [FERNÁNDEZ-ARMESTO, 152], traduz-se afinal no plano colombino de atingir, por navegações diferentes das da *Guiné*, essa Ásia fantástica e remota que Marco Polo descrevera no seu *Livro de Viagens*. Mais uma vez, portanto, no capítulo das concepções sobre o espaço-mundo, é clara a importância da *tradição* na conquista da *modernidade* e do *imaginário* na descoberta da *realidade*.

Já é tempo de terminar esta exposição, cujo tema — *a abertura da fronteira oceânica* — não será inoportuno evocar no contexto da celebração dos Descobrimentos Portugueses e do 5.º Centenário da viagem de Colombo. A abertura dessa fronteira não é obra de um homem, ou conjunto deles, mas de um longo processo histórico multi-civilizacional. Foi dele que procurei falar, desse gigante escondido que poucos lembram na feira das vaidades nacionais.

Finalmente uma palavra sobre os Açores, as ilhas de onde escrevo. John Updike, num lindo e singelo poema escrito em 1969, descreve-as firmemente ancoradas ao Atlântico e ao passado. A um passado mais remoto do que se julga. Que é anterior à sua ocupação pelos portugueses, pois os Açores não entram para a História só quando são povoados. Mesmo desertos, não deixam de ser espaços — entrevistados, sonhados, reconhecidos, cartografados, ou imaginados.

Espaços insulares dentro do mais vasto espaço oceânico que a Antiguidade mediterrânica e outras culturas setentrionais desde cedo interrogaram. A sua História é tão antiga como a do Atlântico. Tão antiga como as histórias que sobre esse mar imenso e desconhecido teriam contado alguns dos marinheiros cartagineses que o navegaram.

4. BIBLIOGRAFIA (por ordem de citação no texto)

- Fernando Marques da Costa, «Imaginário Histórico, Imaginário Político», in *Nação e Defesa*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, n.º 46, 1988, pp. 37-48.
- Patrick Gautier Dalché, «Un problème d'Histoire Culturelle: perception et représentation de l'espace au Moyen Age», in *Médiévales*, Paris, Presses Universitaires de Vincennes, n.º 18, 1990, pp. 5-15.
- Stuart Piggott, *A Europa Antiga. Do início da agricultura à Antiguidade Clássica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s.d. [1981] (ed. original, 1965, Edinburgh University Press).
- Marie-Madeleine Azard, «L'évolution de la notion d'espace en Amérique du Nord du XVI au XVIII siècle», in *Bulletin de la Section de Géographie*, T. LXXXIV, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1981, pp. 39-61.
- Nathan Watchel, *Los vencidos. Los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570)*, Madrid, Alianza Editorial, 1976 (trad. da ed. francesa, Gallimard, 1971).
- François Lebrun, «Faut-il célébrer 1492?», in *L'Histoire*, Paris, n.º 152, 1992, pp. 62-63.
- Wilcomb E. Washburn, «Preparations and problems of preparing for the 500th anniversary of Columbus's discovery of America», in *Vice-Almirante A. Teixeira da Mota. In Memoriam*, vol. II, Lisboa, I.I.C.T. — Academia de Marinha, 1989, pp. 365-374.
- Germaine Aujac, «De quelques représentations de l'espace géographique dans l'Antiquité Classique», in *Bulletin de la Section de Géographie*, T. LXXXIV, Paris, 1981, pp. 27-38.
- Paul Dean A. Harvey, *Medieval Maps*, London, British Library, 1991.
- Paul Pédech, *La Géographie des Grecs*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976, Col. S.U.P. — Littératures Anciennes n.º 5.
- Avieno, *Orla Marítima* (int., trad. e notas José Ribeiro Ferreira), Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, Col. Textos Clássicos n.º 23.
- Doutor Gaspar Frutuoso, *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1984.
- Pascal Arnaud, «Plurima Orbis Imago. Lectures conventionnelles des cartes au Moyen Age», in *Médiévales*, n.º 18, Paris, 1990, pp. 33-51.

- Pline L'Ancien, *Histoire Naturelle — Livre II et IX* (trad. e com. de Jean Beaujau), Paris, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1950.
- José Mattoso, *O Imaginário Marítimo Medieval*, comunicação apresentada ao I Colóquio Internacional de História Atlântica, sécs. XV-XVI, Ponta Delgada, 4-8 Novembro 1991, Dept. de História — Univ. dos Açores (a publicar brevemente nas Actas do Colóquio).
- Germaine Aujac, «L'île de Thulé, de Pythéas à Ptolémée», in *Géographie du Monde au Moyen Age et à la Renaissance* (ed. par Monique Pelletier), Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1989, pp. 171-190.
- Felipe Fernández-Armesto, *Before Columbus. Exploration and Colonisation from the Mediterranean to the Atlantic, 1229-1492*, London, Macmillan Education, 1987, Col. New Studies in Medieval History (general editor Maurice Keen).
- William G.L. Randles, *Da Terra Plana ao Globo Terrestre*, Lisboa, Ed. Gradiva, 1990 (ed. original, Paris, Armand Colin, 1980).
- Christiane Deluz, «Pèlerins et voyageurs face à la mer (XII-XVI siècles)», in *Horizons Marins. Itinéraires Spirituels (V-XVIII siècles)*, vol II, *Marins, Navires et Affaires*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1987, pp. 277-285.
- Philippe Wolff, *Histoire de la pensée européenne*, vol. I, *L'Éveil intellectuel de l'Europe*, Paris, Ed. du Seuil, 1971.
- Proinsias Mac Cana, «The Voyage of St Brendan : Literary and Historical Origins», in *Atlantic Visions* (ed. by John de Courcy Ireland & David c. Sheehy), Dublin, Boole Press, 1989, pp. 3-16.
- Jacques Le Goff, «O Deserto-Floresta no Ocidente Medieval», in *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, Lisboa, Edições 70, 1985, pp. 39-62 (ed. original da colectânea de estudos, Roma, Laterza & Figli, 1983).
- Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, (ed. crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977.
- Jacques Paviot, «L'Imaginaire Géographique des Découvertes au XV siècle», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe* (Actes du Colloque, Paris, 26-28 Mai, 1988), Paris, Centre Culturel Portugais-Fondation Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 141-158.

Marie-Thérèse Gambin, «L'Île Taprobane: problèmes de cartographie dans l'Océan Indien», in *Géographie du Monde au Moyen Age et à la Renaissance*, Paris, C.T.H.S., 1989, pp. 191-200.

David Beers Quinn, «Atlantic Islands», in *Atlantic Visions*, Dublin, Boole Press, 1989, pp. 77-93.

Jacques Le Goff, «O Ocidente medieval e o oceano Índico: um horizonte onírico», in *Para um novo conceito de Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1980, pp. 263-280 (ed. original, Paris, Gallimard, 1977).